

**09 DE JULHO 2010**  
**Sexta-feira**

- **CNI – Clipping Nacional e Internacional**
- **INDÚSTRIA NO PR CONTRATA MENOS, MAS PAGA MELHOR**
- **INDÚSTRIA REVERTE QUADRO E AUMENTA OS EMPREGOS**
- **DESCONTO ACABA E CONTA DE LUZ VAI SUBIR 15 %**
- **JUSTIÇA FEDERAL SUSPENDE INTERDIÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**
- **NOVA LEI ATRELA CORREÇÃO DE APOSENTADORIAS AO SALÁRIO MÍNIMO**
- **WORKSHOP WEBTV : POLÍTICA TRABALHISTA**
- **DIPJ/2010: PRAZO DE ENTREGA TERMINA EM 30/7**
- **RECEITA ALERTA SOBRE A SEGURANÇA NAS COMPRAS PELA INTERNET**
- **PROPOSTA AMPLIA ISENÇÃO PARA EMPRESAS DO NORDESTE E AMAZÔNIA**
- **PROJETO INCLUI FUNCIONÁRIOS COMISSIONADOS NA CLT**
- **ESCRITURAÇÃO FISCAL: RECEITA FEDERAL PREPARA MALHA FINA PARA AS EMPRESAS**

<b>Câmbio</b>		
Em 09/07/2010 às 16h30		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,759	1,760
<b>Euro</b>	2,223	2,226

Fonte: BACEN

**CNI – CLIPPING NACIONAL E INTERNACIONAL**

07/07/2010 – CNI

Em anexo.

**INDÚSTRIA NO PR CONTRATA MENOS, MAS PAGA MELHOR**

09/07/2010 – Gazeta do Povo

Número de empregos no setor cresce abaixo da média nacional, mas folha de pagamento tem o terceiro maior aumento do país.

Daniel Castellano/ Gazeta do Povo



*Fábrica de motores na região metropolitana de Curitiba: setor puxou aumento na folha da indústria paranaense*

O índice de emprego relacionado ao pessoal ocupado na indústria paranaense cresceu 1,8% em maio, comparado com o mesmo mês do ano anterior, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice não só é inferior aos 4,8% registrados no Brasil, como também é o menor entre os estados pesquisados. Mas, se a indústria está contratando menos, por outro lado o Paraná teve 10,4% de aumento no valor da folha de pagamento real (em relação a maio de 2009), contra 3,7%

no país. Apenas Pernambuco e a média conjunta das regiões Norte e Centro-Oeste superaram o Paraná neste indicador.

O resultado da folha de pagamento é impulsionado tanto pelas negociações sindicais, que trouxeram ganhos reais aos salários, quanto pelo aumento da demanda de alguns setores. Quem mais contribuiu para o bom resultado em folha foram as indústrias de meios de transporte (25,8%), máquinas e equipamentos (23,5%), produtos químicos (42,5%) e alimentos e bebidas (5,5%).

“O emprego e o número de horas pagas, bem como o acréscimo na folha de pagamento real, estão diretamente ligados à produção industrial. E no Paraná assistimos à recuperação dos três índices relacionados ao emprego”, explica Fernando Abritta, economista da coordenação de indústria do IBGE. Abritta também destaca que, apesar de a produção industrial no estado já ter voltado aos patamares pré-crise, os números relacionados ao emprego ainda caminham nessa direção.

“É como se a gente estivesse acumulando o crescimento de um período em que houve uma grande retração salarial. A crise de 2008 fez as negociações estancarem em 2009 e os resultados de agora refletem essa recuperação”, avalia o economista Christian Luiz da Silva, professor de Economia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Ele lembra que abril e maio tradicionalmente são meses em que são feitos acordos sindicais, dissídios coletivos e outras negociações com o objetivo de reajustar salários. A economia nacional forte e aquecida favoreceu os acordos entre patrões e empregados e o resultado pode ser percebido no aumento de quase todos os índices relacionados ao emprego no Paraná.

## **Salário inicial**

Outro fator que puxou o índice para cima é o salário de ingresso. Com o aumento da demanda por mão de obra e a relativa escassez de candidatos qualificados ao trabalho na indústria, as companhias passaram a oferecer salários melhores para tentar atrair novos funcionários. “O número de vagas também tem aumentado, o que significa que, além de novas contratações, os funcionários também têm feito mais horas extras”, comenta o economista Cid Cordeiro, supervisor-geral do Dieese no Paraná. Tudo

reflexo de uma produção industrial que cresce mês a mês, impulsionada pelo aquecimento da economia nacional.

O destaque negativo nas folhas de pagamentos da indústria paranaense ficou por conta de apenas dois setores: o de refino de petróleo e produção de álcool (-41,4% na comparação com maio de 2009, e -10,8% no acumulado de 2010) e o madeireiro (-10,3% e -1,1% respectivamente). Em relação às empresas de refino, segundo Abritta, os pagamentos da participação nos lucros aos funcionários, que normalmente ocorrem em maio, ainda não foram feitos. Já no caso das madeireiras, acrescenta o economista do IBGE, trata-se de um segmento que vem caindo gradativamente graças à pressão dos órgãos ambientais e às restrições dos importadores em relação à madeira brasileira.

## INDÚSTRIA REVERTE QUADRO E AUMENTA OS EMPREGOS

09/07/2010 – Gazeta do Povo

Arquivo



Setor de máquinas e equipamentos foi quem mais empregou.

Depois de fechar os primeiros quatro meses do ano empregando menos pessoas que no mesmo período de 2009, a indústria paranaense finalmente reverteu o quadro, em maio, e passou a ter números positivos no ano.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou ontem novos números do emprego industrial, a indústria empregou 1,78% mais pessoas em maio, na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Com isso, a taxa acumulada do ano, que vinha sendo negativa, foi ao menos estabilizada, passando de -0,4%, de janeiro a abril, para 0,02%, do início do ano até maio. Nos últimos 12 meses, o desempenho continua negativo (-4%), mas melhorou em relação aos -4,75% obtidos na pesquisa anterior.

O setor da indústria paranaense que mais contribuiu para a taxa positiva de maio foi o de máquinas e equipamentos, que aumentou em 17,7% o número de postos de trabalho, na comparação com o quinto mês de 2009.

As indústrias de produtos químicos (13,7%) e de papel e gráfica (8,2%) também ficaram entre os três maiores impactos no índice. Os três setores também são os que mais contribuíram para a taxa estável do emprego industrial no ano, com crescimentos de 13%, 11,9% e 4,85%, respectivamente.

No País, o emprego industrial teve variação positiva de 0,3% em relação a abril. Já a taxa em relação a maio de 2009 ficou em 4,2% e se igualou ao recorde atingido em outubro de 2004.

O índice acumulado nos cinco primeiros meses do ano registrou expansão de 1,9%, ante igual período do ano passado. O índice acumulado nos últimos 12 meses continua negativo (-2,6%), mas mostra recuperação em relação à taxa obtida em abril (-3,4%).

## Folha

A folha de pagamento real, que já vinha apresentando crescimento em relação ao ano passado, continuou crescendo, em maio. Com um aumento de 10,4%, o Paraná foi um dos destaques entre os 14 locais pesquisados pelo IBGE.

As principais influências vieram dos setores de meios de transporte (25,8%), produtos químicos (42,5%) e máquinas e equipamentos (23,5%). Já o indicador acumulado no ano da folha de pagamento real ficou em 7,8% no Estado, que também teve uma das principais contribuições positivas na média nacional, de 3,8%.

As principais influências na taxa estadual, nos cinco primeiros meses do ano, vieram dos setores de meios de transporte (12,8%) e máquinas e equipamentos (18,5%).

O número de horas pagas pela indústria do Estado cresceu 4,4% em maio, ante o mesmo mês do ano passado, levando a um aumento de 2,5% na taxa acumulada do ano.

## DESCONTO ACABA E CONTA DE LUZ VAI SUBIR 15 %

09/07/2010 – Gazeta do Povo

Estatual cita os custos de sua expansão para justificar o fim da política de descontos. Sem eles, eletricidade fica 15% mais cara.

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) confirmou ontem o fim da política de descontos iniciada em junho de 2009, que beneficiava consumidores com as contas em dia. Com isso, a eletricidade ficou cerca de 15% mais cara a partir de 24 de junho, quando entraram em vigor os novos valores. Esse salto na tarifa é resultado da soma do reajuste autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em junho de 2009 – que até então era “anulado” pelos descontos – com o novo aumento aprovado no mês passado.

No caso das residências, os reajustes de 2009 e 2010 foram de 11,03% e 3,65% respectivamente. Agora, ao serem aplicados simultaneamente, eles elevam a tarifa em 15,09%. Na média de todos os consumidores da Copel (cálculo que também inclui indústria, comércio, população rural e outros), os aumentos médios nesses mesmos períodos foram de 12,98% e 2,46% – índices que, juntos, resultam em um aumento de 15,76%.

Em nota publicada ontem, o presidente da Copel, Ronald Ravedutti, disse que a empresa precisa dos recursos da venda de energia para tocar seu programa de investimentos, que soma R\$ 1,343 bilhão em 2010. O texto afirma que a execução do programa é necessária para garantir “o adequado suprimento de eletricidade ao Paraná no futuro”, e que a Copel quer “crescer e expandir suas atividades, inclusive fora do Paraná, para assumir um papel de crescente relevo dentro do setor elétrico brasileiro”.

Ao comentar os planos de expansão, Ravedutti mencionou as obras da hidrelétrica de Mauá, que até 2011 terão consumido mais de R\$ 1 bilhão, e a futura construção de uma linha de transmissão e uma subestação em São Paulo, arrematadas em recente leilão da Aneel. Juntas, elas vão custar cerca de R\$ 270 milhões. “Não podemos comprometer nosso programa de investimentos, sob pena de colocar em risco os projetos de crescimento econômico e social do estado”, disse o executivo.

O presidente da Copel também usou uma justificativa inédita para o fim dos descontos. Segundo ele, a prática "deixou de se justificar como um benefício social". A empresa teria constatado que metade das contas de luz vinha sendo paga após o vencimento, e que a maioria delas era de residências com baixo consumo de energia. Assim, as famílias mais pobres estariam sendo penalizadas ao pagar a fatura com atraso e, portanto, arcando com a tarifa já reajustada.

## **Impacto**

Em 12 meses, os descontos mantiveram em poder da população – e em circulação na economia paranaense – cerca de R\$ 600 milhões, segundo a Copel. Se a estimativa estiver correta, é esse o montante que deixou de entrar nos cofres da empresa no período. Apesar da expectativa de que uma nova política de descontos pudesse ser discutida na assembléia-geral de acionistas de ontem, a empresa informou que o assunto nem sequer estava na pauta da reunião.

## **JUSTIÇA FEDERAL SUSPENDE INTERDIÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

09/07/2010 – Gazeta do Povo

Appa informou que as atividades nos portos estavam normalizadas na manhã desta sexta-feira. Os lacres foram retirados por volta das 2 horas.

A Justiça Federal concedeu liminar à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), na madrugada desta sexta-feira (9), suspendendo a [interdição às atividades do Porto de Paranaguá e do Porto de Antonina](#), que havia sido determinada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) na quinta-feira (8). A liminar foi concedida pelo juiz federal de Paranaguá Marcos Josegri da Silva.

O Ibama havia determinado o embargo dos portos na quinta-feira porque os terminais descumpriram a legislação ambiental e não tinham um plano de contingência - plano para conter emergências. Por causa das irregularidades, o Ibama também aplicou uma multa de R\$ 4,8 milhões à Appa. O Porto de Paranaguá é o segundo maior do país.

A liminar determinou que o Ibama retirasse os lacres dos navios e dos equipamentos de forma imediata. E, se o órgão ambiental não tomasse essas providências, a Appa poderia retirar os lacres, de acordo com a Agência Estadual de Notícias, órgão oficial de comunicação do governo do Paraná.

A assessoria de imprensa da Appa informou que os lacres foram retirados durante a madrugada, por volta das 2 horas, e que os portos funcionavam normalmente na manhã nesta sexta-feira.

Doze navios estavam atracados no Porto de Paranaguá nesta sexta-feira (9), segundo a assessoria de imprensa da Appa. Outros 49 navios estavam programados para passar pelo terminal ao longo dessa sexta-feira. Além disso, 26 navios devem passar pelo porto nas próximas 48 horas.

O embargo começou por volta das 17 horas da quinta-feira e havia paralisado as operações de 13 navios. Segundo a Appa, não houve prejuízos com relação ao

transporte de cargas durante a interdição. Estava garoando na noite de quinta-feira (8) e na madrugada de sexta-feira (9) e nessas condições as atividades, normalmente, são suspensas.

O juiz também determinou na liminar que a Appa apresente um cronograma para regularizar os problemas citados pelo Ibama. O cronograma deve ser apresentado em 30 dias e terá que estar de acordo com o que determina o órgão ambiental.

A assessoria de imprensa da Appa não soube informar se a multa de R\$ 4,8 milhões também foi suspensa.

Uma ação semelhante ocorreu no Porto de Santos na quarta-feira. A interdição e a multa foram suspensas pelo Ibama três horas depois.

A Constituição e uma lei federal obrigam os portos do país a ter licenciamento ambiental emitido pelo Ibama. O Porto de Paranaguá, entretanto, ainda não obteve essa autorização. Relembre dez capítulos desse imbróglio.

## **NOVA LEI ATRELA CORREÇÃO DE APOSENTADORIAS AO SALÁRIO MÍNIMO**

09/07/2010 – Gazeta do Povo

O sucessor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva corre o risco de herdar uma medida com potencial para abrir um dos maiores rombos nas contas do regime geral da Previdência. O senador Paulo Paim (PT-RS) conseguiu enfiar uma emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada ontem pelo Congresso, que, na prática, indexa todos os reajustes dos benefícios previdenciários à política de reajuste do salário mínimo com ganho real.

Os benefícios da Previdência até o piso mínimo já recebem como reajuste anual o valor do aumento concedido ao salário mínimo. A emenda de Paim acoplada à LDO estende essa política aos benefícios previdenciários com valor acima do mínimo. Agora, a LDO seguirá para sanção do presidente Lula, que tem poder para vetar a emenda.

Ao longo de todo o mandato, Paim tem apresentado propostas para "repor o poder de compra dos aposentados e do salário mínimo". No debate da LDO, não foi diferente. Além de reivindicar o reajuste do mínimo para todos os aposentados, o senador queria que fosse usado no cálculo da correção o crescimento econômico deste ano que, pelas estimativas do Banco Central, pode ter uma expansão de 7,3%.

Para barrar essa discussão em torno de um percentual específico e acelerar a aprovação do relatório da lei, o senador Tião Viana (PT-AC) optou por uma redação genérica, sem se comprometer com uma regra, dizendo que o salário mínimo será objeto de uma negociação entre governo e sindicatos.

## **WORKSHOP WEBTV : POLÍTICA TRABALHISTA**

09/07/2010 – FIEP

No dia 13 de julho a AUTO DATA promove 3º Workshop WebTV com o tema: Política Trabalhista.

Para mais informações acesse o link:

<http://tr.virtualltarget.com.br/index.dma/DmaPreview?655,874,2014,0e18dc1d97b410c17821f3e8eecd39,1>

## **DIPJ/2010: PRAZO DE ENTREGA TERMINA EM 30/7**

09/07/2010 – Notas COAD

As declarações devem ser apresentadas até as 23h59min59s, horário de Brasília, do dia 30 de julho de 2010, conforme estabelece a Instrução Normativa 1.028 RFB/2010, alterada pela Instrução Normativa 1.051 RFB/2010.

A apresentação da declaração após o prazo sujeita o contribuinte à multa de 2% ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante do Imposto informado na declaração, ainda que integralmente pago, limitada a 20%. O valor mínimo da multa será de R\$ 500,00.

Para a transmissão da DIPJ será obrigatória a utilização da assinatura digital da declaração, mediante a utilização de certificado digital válido.

## **RECEITA ALERTA SOBRE A SEGURANÇA NAS COMPRAS PELA INTERNET**

09/07/2010 – Notas COAD

O crescente número de fraudes e de outras práticas ilícitas contra o consumidor levaram a Receita Federal do Brasil a divulgar um alerta ao público que chama atenção para a necessidade de se conhecer primeiro a idoneidade da fonte comercial. As irregularidades vêm acontecendo no meio eletrônico, especialmente no comércio feito pela internet. De acordo com a Receita, os casos mais frequentes são a inexistência de vendedor, a não entrega do produto e a emissão de nota fiscal falsa.

No alerta, a Receita pede que os consumidores suspeitem sempre dos preços muito baixos dos produtos oferecidos e a indicação para depósitos em contas-correntes de titularidade diferente daquele que se apresenta como vendedor. devendo também o consumidor duvidar de avaliações dos vendedores constantes de sites, que procuram “facilitar” os negócios dentro de uma tática de convencimento para a compra.

A Receita Federal diz ainda que as pessoas devem se inteirar do máximo possível de informações sobre o produto e sobre o vendedor a fim de fazer um negócio seguro. Ao comprar um produto o consumidor deve conhecer detalhes sobre a razão social do vendedor, número do CNPJ, endereço e telefone, que possibilite verificar a existência e a idoneidade da empresa.

Agência Brasil

## PROPOSTA AMPLIA ISENÇÃO PARA EMPRESAS DO NORDESTE E AMAZÔNIA

09/07/2010 – Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7175/10, do deputado Manoel Salviano (PSDB-CE), que estende em dez anos o prazo de isenção de impostos concedida pela Lei 9.808/99 a empresas do Nordeste e da Amazônia consideradas prioritárias pelas superintendências de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia (Sudene e Sudam).

A lei atual isenta essas empresas até 31 de dezembro de 2010 do pagamento de Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em operações de câmbio para compra de bens importados. Pela proposta, o benefício permanecerá em vigor até 31 de dezembro de 2020.

O deputado afirma que o prazo atual é insuficiente para atrair os investimentos necessários ao desenvolvimento das regiões. Ele também argumenta que a ampliação é compatível com os prazos de vigência de outros incentivos fiscais oferecidos pelo governo. "As isenções e reduções de impostos para projetos da Zona Franca de Manaus, por exemplo, vão além do ano de 2020", disse.

### Tramitação

A proposta, que tramita em caráter, será analisada pelas comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Agência Câmara

## PROJETO INCLUI FUNCIONÁRIOS COMISSIONADOS NA CLT

09/07/2010 – Notas COAD

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou nesta quarta-feira (7/7) o Projeto de Lei 3128/04, do deputado Eduardo Valverde (PT-RO), que inclui os ocupantes de cargos públicos em comissão e outros trabalhadores entre os beneficiários da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei 5.452/43). Pelo texto, a CLT será aplicada no que não for incompatível com as leis especiais e as disposições contratuais individuais e coletivas em vigor.

A proposta beneficia empregados domésticos, trabalhadores rurais, empregados públicos das administrações direta e indireta, ocupantes de cargos públicos em comissão e servidores públicos contratados por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Atualmente, os dispositivos da CLT não se aplicam aos empregados domésticos; aos trabalhadores rurais; aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais; e aos servidores de autarquias paraestatais.

### Segurança jurídica

Segundo Eduardo Valverde, o projeto vai proteger as relações empregatícias na administração pública, em especial os que exercem cargos temporários, como os agentes comunitários de saúde e os ocupantes de cargos comissionados.

O relator, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), recomendou a aprovação da proposta. "O projeto propõe uma medida justa e legítima. Ele dá conteúdo concreto a um dos mais simples princípios jurídicos, expresso na máxima 'onde há a mesma razão deve haver o mesmo direito'", disse Almeida.

O texto aprovado pela comissão foi um substitutivo Espécie de emenda que altera a proposta em seu conjunto, substancial ou formalmente. Recebe esse nome porque substitui o projeto. O substitutivo é apresentado pelo relator e tem preferência na votação, mas pode ser rejeitado em favor do projeto original. do relator, que fez apenas alterações de técnica legislativa.

### **Tramitação**

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara

## **ESCRITURAÇÃO FISCAL: RECEITA FEDERAL PREPARA MALHA FINA PARA AS EMPRESAS**

09/07/2010 – InfoMoney

SÃO PAULO – A Receita Federal informou, na última quarta-feira (7), que dará início a um cronograma de implantação da Escrituração Fiscal Digital da **Cofins e do PIS/Pasep** (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) a partir de 2011.

De acordo com o coordenador-geral de Fiscalização da Receita, Antonio Zomer, a medida representa um passo importante para a criação de uma malha fina para as empresas, já que o Fisco pretende cruzar os dados enviados com os pedidos de compensação e ressarcimento dos dois tributos.

### **Processamento eletrônico**

Segundo a Agência Brasil, o processamento dos dados relativos ao PIS/Pasep e à Cofins será totalmente eletrônico.

"O sistema vai funcionar sem intervenção humana e vai registrar débitos e créditos tributários da empresa. É semelhante à malha fina do Imposto de Renda das pessoas físicas. A fiscalização será igual à da pessoa física, que pede um ressarcimento de despesas médicas no Imposto de Renda", afirmou Zomer.

No caso da Cofins e do PIS/Pasep, a malha fina funcionará apenas para os pedidos de compensação e ressarcimento. O coordenador acrescentou ainda que a escrituração eletrônica desses tributos acelerará a análise dos pedidos de devolução, ao tornar a fiscalização mais ágil.